



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 14/2022

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 05/2022

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EDUCACIONAL.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93,

A contratação foi solicitada pela Secretaria Municipal de Educação. O prefeito autorizou a que fossem tomadas as providências para a contratação.

Estão anexados dois orçamentos apresentados por empresas do ramo. A contadoria da prefeitura atestou a existência de dotação orçamentária pra a despesa.

Os documentos constituídos de Edital de Licitação, Minuta do Contrato, Termo de Referência e Minutas da Ata de Registro de Preços e do Contrato estão anexados.

Sendo o que havia a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, o qual transcreve-se:



“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.”

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

O Processo foi deflagrado a partir de pedido formulado pela Secretária Municipal de Educação, com a justificativa de que a contratação se justifica em vista da necessidade de constante aprimoramento dos respectivos profissionais, priorizando novas formas eficazes para a gestão no âmbito municipal, dando celeridade em processos administrativos e pedagógicos, tendo como alvo a melhoria da qualidade de ensino ofertado na rede pública municipal.

Em resumo, o Termo de Referência indica que a contratação visa ao interesse da administração em melhorar as ações nas áreas de educação da rede pública municipal.

O Termo de Referência descreve o objeto como sendo a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria e consultoria educacional, ministração de cursos on-line e presencial aos funcionários da rede municipal de ensino, coordenadores e gestores.

O Termo de Referência, contudo, não especifica quais cursos, quantidades, conteúdos, horas aulas, materiais que serão utilizados e quem os fornecerá e formação dos responsáveis pela assessoria. Observa-se que não foram juntados documentos para subsidiar as justificativas ou a vantagem da contratação para a administração.

O objeto da licitação deve ser descrito de forma a traduzir a real necessidade do Poder Público. a Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara, o que não ocorre no caso em tela.

Em relação à modalidade adotada pela administração, vale mencionar que segundo o TCU, é lícita a utilização do sistema de registro de preços para



contratação de serviços contínuos, desde que configurada uma das hipóteses delineadas nos incisos I a IV do art. 3º do Decreto 7.892/2013. A administração não demonstrou as razões para a adoção do registro de preços.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações. Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O art. 40 do supracitado diploma legal indica as cláusulas obrigatórias que devem conter no edital. Do mesmo modo, o Art. 55 estabelece as cláusulas que obrigatoriamente devem constar nos contratos administrativos.

Examinando a minuta do Edital em tela e seus anexos, verifica-se que ele atende ao disposto no art. 40 da referida Lei, bem como a outros dispositivos legais correlatos.

A minuta do contrato administrativo também reflete todas as cláusulas obrigatórias previstas no art. 55, da Lei de Licitações, como também reflete outras condições estabelecidas no edital, exceto no que concerne ao objeto e sua execução.

Deste modo, e estando a minuta do Edital e o contrato em conformidade com as disposições da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo atendem à legislação pertinente, assim, o parecer, com as ressalvas a serem sanadas, é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 04 de março de 2022.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Advogado - OAB-MT 93411